



Data: 04.09.2021

Título: A decisão americana

Pub: **Diário de Notícias**

Tipo: Jornal Nacional Diário



Secção: Nacional

Pág: 2;10

OPINIÃO HOJE

**Adriano
Moreira**
A decisão americana
PÁG. 10

Área: 469cm² / 22%

Tiragem: 15.750

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 7216793



Opinião Adriano Moreira

A decisão americana

O passivo da decisão americana, decidindo retirar a intervenção militar no Afeganistão, desencadeou uma inesperada insegurança da articulação dos ocidentais, derivada das consequências impostas em relação aos interesses gerais. Tratando-se de uma considerada, num passado próximo, grande potência, parece hoje uma União dividida entre a liderança do recente vencido presidente, e a liderança do sucessor, que não viu a sua decisão respeitada pelos valores que assume, mas que as circunstâncias articularam com uma problemática inquietante para os aliados ocidentais, e para agravamento da situação mundial.

Passados vinte anos sobre a intervenção participada com o objetivo de impor a visão e prática do humanismo para salvaguarda da população atingida, a solidariedade mais evidente entre os ocidentais é reconhecer que devem enfrentar as consequências negativas da política americana. Aliados e cooperantes que enfrentaram juntos um passado de sacrifícios comprovados pela "alegria com lágrimas", para garantir o respeito pelos valores que engrandeceram a paz da guerra de 1939-1945. Infelizmente não foi globalmente aceite que o objetivo da decisão americana foi colocar um ponto final nos vinte anos de responsabilidade, antes correspondia a imaginar a evolução dos tempos, e que os talibãs repensassem o poder, mas ao contrário provocando o passivo dos EUA, e com ele da NATO. A crítica, que recebeu geral atenção dos noticiários, foi de desacordo com a decisão que implicava uma qualificada tragédia. É em relação a tal previsão que se adianta a afirmação de que a decisão de Joe Biden foi influenciada pelo reconhecimento de que as forças armadas afegãs estavam largamen-

te submissas à corrupção, com a generalidade da população movida pela vontade e necessidade de abandonar o país, para evitar os esperados excessos dos talibãs. A tragédia das violações da paz vai agravar-se segundo os julgamentos críticos que surgem, quando para os ocidentais se torna desafiante responder a uma fuga da população. A União Europeia enfrenta o desafio mas está longe de conseguir uma decisão e prática humana globalmente apoiante dos fugitivos. A carta enviada por seis países (Áustria, Dinamarca, Grécia, Alemanha, Países Baixos e Bélgica) expunha a "urgente necessidade" de proceder ao regresso à origem do Afeganistão, pondo em vigor "a declaração conjunta sobre a exigência das migrações", assinada com o regime de Cabul em abril passado.

O que não faz esquecer cooperações previstas com outras anteriores necessidades, mas tendo em conta que, segundo a Grécia, "a União Europeia não tinha capacidade para fazer frente a uma crise imigratória maior". Espera-se que a intervenção das palavras do Papa Francisco modere o rigor do juízo incluindo não esquecer o drama humanitário. Uma ação que é diferente da mobilização do aviso para recolher a multidão, mas que incluía que os americanos pretendam cooperar. É exemplo da dimensão deste dever americano que se procura mobilizar, segundo o noticiário, responder com os 18 aviões das companhias americanas, Atlas Air, Delta Air Lines, Omni Air, Hawaiian Airlines e United Airlines. As vítimas entre os habitantes que procuram chegar ao aeroporto crescem. Esta multidão de gente, e a resposta de recurso ao extraordinário número de transportes de pessoas em crise, exige uma meditação clara, compreensível pelos ocidentais e suas instituições, desi-

gnadamente de segurança e defesa, e a decisão de não recorrer ao discurso do ódio ou, antes, mais cordialmente, assumir consenso. Mas não são admissíveis intervenções impositivas ou violadoras dos factos, porque a capacidade das potências, e das suas organizações plurais, o sonho da utopia da ONU, e da superioridade dos valores, são quadro dos riscos que afetam o próprio continente. As palavras dos responsáveis pelos julgamentos e decisões não podem ser apenas encantatórias, precisam de ser mobilizadoras da exatidão.

Tendo presente o dever dos partidos, e seus responsáveis, começando pelos EUA, para reassumir as responsabilidades mundiais, voltar ao sagrado histórico valor da unidade nacional. A experiência histórica dos próprios EUA está registada por divisões internas que devem ser lembradas, sobretudo quando, nesta situação, o desafio atinge o estatuto mundial, que também tem exemplos históricos leais solenemente assumidos. A desordem do planeta fez apelo ao reconhecimento de um dever objetivo para todos, mas pronto a considerar a incompreensão do desafio global. A voz da justiça natural fala com autoridade, e o presente é de intervenção inadiável.

A complexidade da situação torna mais evidente que a ONU, e o seu projeto, está a sofrer o agravamento da marcha para o "pântano" com que tem avisado a opinião pública. Acontece que Portugal tem uma posição de Estado que orienta para a salvaguarda da organização, declarações esclarecedoras dos responsáveis, e parece valioso nos quadros responsáveis da ONU e da UNESCO. É renovar o futuro que está em causa. As intervenções vão multiplicar explicações, mas a questão da ONU parece gravada.